



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

EDITAL Nº 28/2026/DETRAN-CPLMS

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/2026/DETRAN-RO

EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP

(Processo Administrativo nº 0010.025826/2025-29)

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 11/06/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio http://www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 08/06/2026.	
Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de expediente (grampeador, cola, caneta, lápis, cliques e outros), conforme condições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência.			
Valor Estimado da Contratação (Global):R\$ 643.567,29 (seiscentos e quarenta e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos)			
Registro de Preços? SIM		Vistoria: Não	Instrumento Contratual: Nota de empenho
Forma de Adjudicação: Menor Preço por Item		Modo de disputa: aberto	Intervalo mínimo entre lances: 1%
Licitação Exclusiva ME/EPP? sim, conforme item 4.1		Reserva Cota ME/EPP? sim, conforme item 4.3	Exige amostra/demonstração? Não
Planilha de custos e formação de preços: Não			
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens			
E-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com			



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/2026/DETRAN-RO

EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP

(Processo Administrativo nº 0010.025826/2025-29)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de sua PREGOEIRA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa **“ABERTO”**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, SRP, EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessada a Coordenadoria de Patrimônio e Compras - COPAC.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br>.

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a)

Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, e-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com.

2. OBJETO

2.1. **Do objeto:** Registro de Preço para Eventual e Futura aquisição de Materiais de expediente (grampeador, cola, caneta, lápis, clipes e outros), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 1.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência.

2.4. **Da amostra:** Não será exigido amostra, conforme item 1.4 do termo de referência.

2.5. **Do instrumento contratual:** Na presente contratação o contrato será substituído por nota de empenho, conforme item 19 do Termo de referência.

2.6. **Da garantia contratual:** Não será exigido Garantia Contratual, conforme item 21 do termo de referência.

2.7. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. **Do prazo, local e condições:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11. **Da Adesão:** Ficam aquelas estabelecidas no item 4.9 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12. **Da Vigência de Ata de registro de preços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 4.4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.13. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com, sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderá participar desta licitação qualquer empresa que estiver regularmente estabelecida no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos, nos seguintes termos:

4.1. Para os itens **01 a 23 e 25 a 33**, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.2. Para os itens **24 (9.918 unidades) e 34 (88.639 unidades)** - Ampla Concorrência, poderão participar quaisquer empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.

4.3. Para o item 35 (**3.306 unidades**) e 36 (**29.546 unidades**) e cota exclusiva de até 25% (vinte e cinco por cento), **apenas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, face ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e ao art. 8º do Decreto Estadual n.º 21.675/2017.

4.4. Quando da reserva de cota exclusiva para ME/EPP de até 25%, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (§ 2º, do art. 8º, do Decreto Estadual n.º 21.675/2017).

4.5. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço (§ 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual n.º 21.675/2017).

4.6. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.6.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que

poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.7.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.7.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.7.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 8 do Anexo I - Termo de Referência.

4.7.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

4.8. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

5.4. No caso de item/lote destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.1. Nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica enquadrada nos casos estabelecidos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.2.5. cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.3. O licitante organizado em cooperativa quando permitido sua participação deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.

6.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

- 6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.12. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 6.13. Conforme dispõe o art. 82, III, não serão admitidos preços diferentes, uma vez que as entregas se darão em um único local.
- 6.14. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário**.
- 7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1%**.
- 7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.
- 7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
- 7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.
- 7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.10.2.2. empresas brasileiras;
- 7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.11. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema Compras.Gov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.
- 7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.13. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual n.º 21.675/2017

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.
- 8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.
- 8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecução da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecução, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a execução.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua execução demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.10.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.10.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.11.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.11.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.12.1. Os critérios de qualificação econômica-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Não será exigido Atestado de Capacidade Técnica, conforme item 18.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

10. DO RECURSO

10.1. Conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

I I- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 14 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.2. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 01 (um) ano contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

15.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 84, da Lei nº 14.133/21.

15.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada a Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.6. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas complementares e disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.7. Nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.8. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

15.9. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica da ata de registro de preços, por meio do Seil, no sítio do Governo do Estado de Rondônia.

15.10. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

15.11. A detentora da ata será consultada sobre o interesse na manutenção do preço registrado, mediante a apresentação de nova proposta, próximo ao término da Ata de Registro de Preços Permanente ou consumido todo o seu quantitativo.

15.12. Na hipótese de concordância da detentora da ata na manutenção do preço registrado, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, considerando o preço atualmente registrado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o(s) respectivo(s) item(ns);

15.13. Caso não haja concordância, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, porém com a realização de nova pesquisa de mercado para estabelecimento de novo preço máximo para o objeto.

15.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

15.14.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não podendo o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

15.14.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

15.14.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

15.14.2.2. Mantiverem sua proposta original.

15.15. Para o cadastro reserva disposto no item 15.14.2.1 o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

15.16. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15.17. O registro a que se refere o item 15.14.2.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

15.18. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.19. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 15.14.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.20. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

15.20.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.20.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

15.20.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

15.20.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

15.20.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

16. DA ADEÇÃO

16.1. A adesão à Ata de Registro de Preço será regida nos termos do artigo nº 124 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, o qual estabelece:

Art. 124. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

IV - autorização expressa do órgão gerenciador;

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.

§ 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.

16.2. Nos termos do Artigo 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

16.5. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

17. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS E EXTINÇÃO PREMATURA DA ATA DE REGISTRO

17.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

17.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

17.3. A revisão de preços precederá de requerimento:

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

17.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

17.7. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

17.8. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 da Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.9. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.10. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

17.11. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

18.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

18.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

18.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

18.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

18.13. A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Edital de licitação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/21.

19. DOS ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência **(70765409)**;

ANEXO II - Mapa de riscos **(71262442)**;

ANEXO III - Quadro Estimativo de Preços **(68426721)**;

ANEXO IV - Carta Proposta **(69456554)**;

ANEXO V - Dados do representante **(69456581)**;

ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços **(69456618)**.

ANEXO VII- Solicitação de Adesão a ata de Registro de Preços **(69456870)**.

Fábio José de Oliveira Monteiro

PREGOEIRO DETRAN-RO



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/05/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 25/05/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72574137** e o código CRC **10394620**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
Unidade Administrativa: Diretoria de Engenharia Civil e Patrimônio - DIREP
Unidade Requisitante: Coordenadoria de Patrimônio e Compras - COPAC

DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, objetivando **Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Expediente** para atendimento das necessidades deste DETRAN/RO.

A contratação de Pessoa Jurídica para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:

Lei Federal n.º 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXIII, XLI, XLV combinado com o art. 47 e Inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal;

Decreto Estadual n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Complementar n.º 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

1. DA DEFINIÇÃO DO DO OBJETO, OBJETIVO E QUANTITATIVO

1.1. Do Objeto

1.1.1. Constitui objeto da presente demanda o Registro de Preço para Eventual e Futura **Aquisição de Materiais de expedientes**, visando atender as necessidades das Unidades deste DETRAN/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Do Objetivo

1.2.1. A aquisição dos materiais de consumo, visa garantir o fornecimento contínuo e adequado, para o bom funcionamento das atividades do órgão, assegurando a disponibilidade de materiais essenciais para o desempenho das funções administrativas.

1.3. Das Especificações Técnicas/Das Quantidades do Objeto

1.3.1. As especificações e quantidades a serem adquiridas estão dispostas nas tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
------	-----------	-------------------	------------

01 Exclusivo ME/EPP	GRAMPEADOR de Mesa Profissional , material: metal, capacidade carga: 200 grampos (±5%), capacidade trabalho (mínima) grampear mínimo ou superior 26 folhas de papel 75 g/m², tipo grampo: 26/6, tamanho: médio. Marca de Referência: CIS, C-15, Carbox 266, ou similar em qualidade, durabilidade e desempenho.	UND	672
02 Exclusivo ME/EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR , material: arame de aço galvanizado, unidade de fornecimento: CAIXA com 5000 unidades, tipo: 26/6.	CAIXA	429
03 Exclusivo ME/EPP	TESOURA , aplicação: de uso geral, multiuso; tamanho entre 16 a 17,5 cm; lâmina em aço inox; não enferruja, cabo de polipropileno, podendo ser mista de polipropileno e borracha termoplástica.	UND	195
04 Exclusivo ME/EPP	COLA INSTANTÂNEA, de adesão (cerca de 05 a 10 segundos), frasco de 20g com bico aplicador e tampa com pino anti entupimentos. Deverá colar porcelana, metal, borracha, couro, madeira, papel e plástico. Deverá ser resistente à umidade, impactos e temperaturas. Fórmula sem solventes. Deverá possuir data de validade de, no mínimo, 12 meses.	UND	500
05 Exclusivo ME/EPP	Cola Branca , composição: acetato de polivinila, cor: branca, aplicação: papel e derivados, características adicionais: lavável, não tóxica, tipo: líquida de no mínimo 90 g, caixa de no mínimo 12 unidades.	CAIXA	897
06 Exclusivo ME/EPP	Cola, tipo: bastão 10g , composição: resina sintética, glicerina, água e conservantes, aplicação: papel, características adicionais: atóxica. Caixa com no mínimo 10 unidades; Deverá possuir data de validade de, no mínimo, 12 meses.	CAIXA	500
07 Exclusivo ME/EPP	FITA DUPLA FACE em gel ou silicone transparente de alto desempenho e extraordinária força de fixação em aplicação de longa fixação, para serem usadas tanto em ambientes externos como internos, suportar bem peso de 3kg a 5kg, água e grandes variações de temperatura, medidas (mínimo) de largura de 19mm e comprimento de 5m.	ROLO	500
08 Exclusivo ME/EPP	CANETA MARCA TEXTO , material corpo: plástico, cor: amarelo. Marca de Referência: Ref. Pilot, Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	1.268
09 Exclusivo ME/EPP	CANETA ESFEROGRÁFICA , material corpo: plástico transparente hexagonal com identificação da marca, tipo escrita: média, cor: PRETA , características adicionais: ponta com esfera em tungstenio, tampa ventilada, sem falhas e/ou borrrões na escrita. Marca de Referência: Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	2.256
10 Exclusivo ME/EPP	CANETA ESFEROGRÁFICA , material corpo: plástico transparente hexagonal com identificação da marca, tipo escrita: média, cor: AZUL , características adicionais: ponta com esfera em tungstenio, tampa ventilada, sem falhas e/ou borrrões na escrita. Marca de Referência: Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	1.469
11 Exclusivo ME/EPP	LÁPIS PRETO , material corpo: madeira reflorestada;	UND	1.751
12 Exclusivo ME/EPP	BORRACHA TÉCNICA DUST FREE: Com tecnologia Dust Free: concentra o resíduo para limpeza fácil, <i>alta apagabilidade</i> ideal para uso técnico e profissional, lados chanfrados para apagar com precisão, borracha sintética, livre de PVC, dimensões mínimas: comprimento 4 cm x largura 1,8 cm x espessura 1 cm	UND	1.000
13 Exclusivo ME/EPP	CLIPES para papel em metal nº 03.caixa com 50 unidades	CAIXA	390
14 Exclusivo ME/EPP	CLIPES para papel em metal nº 08.caixa com 50 unidades	CAIXA	325
15 Exclusivo ME/EPP	REABASTECEDOR para almofada de carimbo, cor AZUL com 40 ml.	UND	130
16 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor AZUL , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260
17 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor PRETO , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260
18 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor VERMELHO , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260
19 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor AZUL - CX. C/12 unidades	CAIXA	195
20 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor PRETO - CX. C/12 unidades	CAIXA	260
21 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor VERMELHO - CX. C/12 unidades	CAIXA	410

22 Exclusivo ME/EPP	PRANCHETA OFÍCIO , material: MDF, Comprimento de +- 33cm a 35cm, Largura de 22,7 cm, prendedor de metal tradicional. Garantia do Fornecedor contra os defeitos de fabricação.	UND	355
23 Exclusivo ME/EPP	REGUA em material plástico incolor, graduado em 30cm, subdivisão em mm, com no mínimo 3,00 mm de espessura e 35 mm de largura.	UND	338
24 AMPLA CONCORRÊNCIA	PAPEL SULFITE A4 , 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, sulfite, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora ou duplicadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade. Marca de Referência: ChameX, Report, HP Office	RESMA	9918
25 Exclusivo ME/EPP	BOBINA FILME DE PVC PLÁSTICO para embalagem manual, de 60cm x 800 metros, peso 5,5 kg esticável, ótima elasticidade e resistência a rasgo.	ROLO	39
26 Exclusivo ME/EPP	LACRE DE MALOTE - tipo espinha de peixe, polipropileno de alta resistência, comprimento mínimo de 16 cm, cor azul, numeração de 0000001 a 0010.000 fonte 12 de um lado e do outro a descrição DETRAN-RO, fonte 10, estampada em baixo relevo na cor branca. Acondicionado em pacote contendo 100 unidades. Garantia do fabricante.	UND	10.000
27 Exclusivo ME/EPP	FICHÁRIO DE MESA , Fichários para fichas padronizadas 6X 9 (curto), corpo em aço na cor grafite, com tampa em poliestireno em cores fumê e transparente ou cristal. Possui capacidade para até 500 fichas tamanho 6X 9, (largura x profundidade x altura) 26 x 30 x 18,2cm. Incluso os índices para fichário de mesa de A a Z, com 23 números de divisores.	UND	199
28 Exclusivo ME/EPP	Notas auto adesivas: cores variadas material: papel, tamanho mínimo de 75x75 mm, quantidade folhas: 400 unidades.	PACOTE	500
29 Exclusivo ME/EPP	Livro protocolo de correspondência: em papel offset, folhas numeradas tipo graficamente, contendo 100 folhas, tamanho aproximado 153mmx216mm, capa dura.	UND	351
30 Exclusivo ME/EPP	Apontador de lápis , material: termoplástico, tipo: escolar, cor: variada, tamanho: médio, quantidade furos: mínimo de 1 com depósito.	UND	500
31 Exclusivo ME/EPP	Livro de Ata , características: Mínimo de 100 folhas, capa dura, cor preta, folhas internas pautadas e numeradas, dimensões: 210mm x 310mm	UND	304
32 Exclusivo ME/EPP	Marca texto em formato de mão em cores variadas , tamanho mínimo: comprimento 10,1 cm x largura 8,3 cm; Peso aproximado: 41g; Material do corpo: Plástico; Ponta do marca texto chanfrada.	UND	700
33 Exclusivo ME/EPP	APAGADOR DE PINCEL DE QUADRO BRANCO: Plástico ABS resistente, suporte interno para até 2 marcadores. Marca de Referência: Maxprint, Pilot, equivalente ou de melhor qualidade	UND	500
34 AMPLA CONCORRÊNCIA	Pasta Suspensa: Acompanha: Etiqueta em papel cartão branco; Medidas mínimas da Pastas: 36 Comp X 24 Alt X 4 Lombo (CM); Medidas de encaixe da vareta: 40/41 CM; Material: Cartão marmorizado; Gramatura: mínimo de 230 Gm²; Material da vareta: Polipropileno; Cor: Marrom	UND	88.639
35 Reserva de Cota ME/EPP (25%) ITEM 24	PAPEL SULFITE A4 , 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, sulfite, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora ou duplicadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade. Marca de Referência: ChameX, Report, HP Office	RESMA	3.306
36 Reserva de Cota ME/EPP (25%) ITEM 34	Pasta Suspensa: Acompanha: Etiqueta em papel cartão branco; Medidas mínimas da Pastas: 36 Comp X 24 Alt X 4 Lombo (CM); Medidas de encaixe da vareta: 40/41 CM; Material: Cartão marmorizado; Gramatura: mínimo de 230 Gm²; Material da vareta: Polipropileno; Cor: Marrom	UND	29.546

1.4. Da Exigência de Amostras

1.4.1. Para a presente contratação, não será exigida a apresentação de amostras dos itens que compõem o objeto.

1.4.2. A dispensa de amostras justifica-se por se tratar de materiais de expediente (bens comuns) cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, permitindo a aferição da conformidade mediante a análise técnica da proposta e descrição dos produtos, conforme faculta o art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.3. A aderência técnica do objeto ofertado será verificada de forma rigorosa durante o recebimento provisório, momento em que a Administração rejeitará qualquer material que apresente imperfeições, falhas ou desacordo com as especificações deste Termo.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2.1. Os materiais enquadram-se na **classificação de comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

2.2. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público, entendimento que encontra amparo nos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara e também adotado em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública.

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **Da Justificativa da Contratação**

3.1.1. Os materiais solicitados atenderão a demanda dos servidores e contribuirá para a qualidade na prestação de serviços aos usuários, de todas as unidades descentralizadas deste DETRAN/RO, visando reforçar o estoque, buscando mantê-lo compatível com as demandas diárias dos objetos, sendo que o quantitativo será suficiente para suprir a demanda do almoxarifado, por um período de 1 (um) ano.

3.1.2. Considerando que o DETRAN-RO tem como finalidade planejar, coordenar, fiscalizar, controlar e executar políticas de trânsito no âmbito do Estado de Rondônia, bem como cumprir e fazer cumprir a legislação, necessita propiciar uma estrutura de atendimento na prestação de serviços ao cidadão, através das Ciretrans e Postos Avançados do DETRAN/RO

3.1.3. Ressaltamos que, embora haja utilização do Sistema SEI, sendo uma proposta de Governo sem Papel, esta Autarquia ainda faz uso, sendo utilizado em maior quantidade para demandas de usuários público, durante os procedimentos de atendido nas CIRETRANS para prestação de serviços, tais como impressões de guias bancárias para licenciamentos, de multas, entre outros procedimentos relacionado ao serviço. Outras demandas são: impressão esporádicas de provas teóricas, processos judiciais imprescindíveis e outros.

3.1.4. Diante o exposto, os objetos constantes neste instrumento por se tratar de materiais essenciais à operacionalização das atividades desenvolvidas pelos diversos setores do DETRAN-RO, de forma a propiciar e desenvolver suas atividades cotidianas, assim exercer sua missão principal de atender ao interesse público.

3.2. **Justificativa de compra**

3.2.1. A estimativa do quantitativo da presente DFD está fundamentado no histórico de consumo de exercícios anteriores 2022 a 2024, bem como o levantamento realizado pelo Núcleo de Ciretrans e Postos Avançados, conforme despacho ID 0050242765 (Pasta Suspensa e Fichário de Mesa). Salutam os que além de atender as necessidades pontuais faz necessário uma margem de segurança para manter o nível sadio do estoque sem comprometer as atividades desta Autarquia.

3.2.2. O consumo estimado no exercício de 2024 foi contabilizado em parte, tendo em vista que as empresas contratadas não efetuaram as entregas de alguns itens prejudicando o estoque de materiais.

HISTÓRICO DE CONSUMO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	ANO 2022	ANO 2023	2024
1	GRAMPEADOR DE MESA	UND	512	500	539
2	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6	CAIXA	435	250	300
3	TESOURA	UND	120	120	200
4	COLA INSTÂNTANEA	UND	0	0	50
5	COLA BRANCA	UND	903	498	663
6	COLA BASTÃO	UND	0	0	0
7	FITA DUPLA FACE	ROLO	0	0	0
8	CANETA DESTACA TEXTO	UND	1000	950	
09	CANETA, COR PRETA	UND	1.500	1500	1735
10	CANETA, COR AZUL	UND	2.000	2.500	1130

11	LÁPIS	UND	989	1954	1.347
12	BORRACHA TÉCNICA DUST FREE	UND	0	0	0
13	CLIPES PARA PAPEL EM METAL Nº 03.CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	256	344	0
14	CLIPES PARA PAPEL EM METAL Nº 08.CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	213	287	0
15	REABASTECEDOR	UND	100	100	0
16	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR AZUL.	UND	200	200	0
17	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR PRETA,	UND	200	200	191
18	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR VERMELHA,	UND	200	200	195
19	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor AZUL	UND	93	198	0
20	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor PRETA	UND	156	240	0
21	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor VERMELHA	UND	315	250	0
22	PRANCHETA	UND	288	293	239
23	RÉGUA	UND	64	307	407
24	PAPEL A4	RESMA	6.317	10.325	10.019
25	BOBINA FILME DE PVC PLÁSTICO	ROLO	20	30	35
26	LACRE DE MALOTE	UND	10.000	10.000	0
27	FICHÁRIO DE MESA	UND	0	0	0
28	NOTAS AUTO ADESIVAS	PACOTE	0	0	0
29	LIVRO DE PROTOCOLO	UND	299	277	231
30	APONTADOR DE LÁPIS	UND	0	0	0
31	LIVRO DE ATA	UND	258	254	188
32	MARCA TEXTO EM FORMATO DE MÃO	UND	0	0	0
33	APAGADOR	UND	0	0	0
34	PASTA SUSPensa	UND	0	0	0

Obs: Considerando a necessidade de modernização dos materiais de expediente, os objetos (fita dupla face, cola bastão e instantânea, borracha Dust Free, marca texto em formato de mão, apontador de lápis, apagador, notas auto adesivas) são categorizados como 1ª compra.

ESTIMATIVA DE CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	CONSUMO ANUAL ESTIMADO OU PRIMEIRA COMPRA (a)	RESERVA TÉCNICA DE 30% (b) = a+30%	TOTAL (AQUISIÇÃO) (c) = b + c
1	GRAMPEADOR DE MESA	UND	517	155	672
2	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6	CAIXA	330	99	429
3	TESOURA	UND	150	45	195
4	COLA INSTANTÂNEA	UND	1ª Compra	1ª Compra	500
5	COLA BRANCA	UND	690	207	897
6	COLA BASTÃO	UND	1ª Compra	1ª Compra	500
7	FITA DUPLA FACE	ROLO	1ª Compra	1ª Compra	500
8	CANETA DESTACA TEXTO	UND	975	293	1.268
9	CANETA, COR PRETA	UND	1.735	521	2.256
10	CANETA, COR AZUL	UND	1.130	339	1.469
11	LÁPIS	UND	1.347	404	1.751

12	BORRACHA TÉCNICA DUST FREE	UND	1ª Compra	1ª Compra	1.000
13	CLIPES PARA PAPEL EM METAL Nº 03.CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	300	90	390
14	CLIPES PARA PAPEL EM METAL Nº 08.CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	250	75	325
15	REABASTECEDOR	UND	100	30	130
16	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR AZUL.	UND	200	60	260
17	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR PRETA,	UND	200	60	260
18	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR VERMELHA,	UND	200	60	260
19	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor AZUL	UND	150	45	195
20	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor PRETA	UND	200	60	260
21	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor VERMELHA	UND	315	95	410
22	PRANCHETA	UND	273	82	355
23	RÉGUA	UND	260	78	338
24	PAPEL A4	RESMA	10.172	3.052	13.224
25	BOBINA FILME DE PVC PLÁSTICO	ROLO	30	09	39
26	LACRE DE MALOTE	UND	10.000	10.000	10.000
27	FICHÁRIO DE MESA	UND	0	0	199
28	NOTAS AUTO ADESIVAS	PACOTE	1ª Compra	1ª Compra	500
29	LIVRO DE PROTOCOLO	UND	270	81	351
30	APONTADOR DE LÁPIS	UND	1ª Compra	1ª Compra	500
31	LIVRO DE ATA	UND	234	70	304
32	MARCA TEXTO EM FORMATO DE MÃO	UND	1ª Compra	1ª Compra	700
33	APAGADOR	UND	1ª Compra	1ª Compra	500
34	PASTA SUSPensa	UND	0	0	118.185

3.2.3. O Consumo anual estimado levou em consideração a média de consumo dos itens no ano de 2022 a 2024 com exceção do item "papel A4" o que tivemos uma crescente considerável de 4.008 resma a 2022 e 2023, estabilizando em 2024. Logo, em referência ao papel a4, foram utilizados a média de 2023 e 2024.

3.2.4. Em relação aos itens (1ª Compra), destaca-se que esses itens não possuem históricos de aquisições por este DETRAN/RO, o que impossibilita a construção de uma memória de cálculo baseada em dados anteriores. Diante dessa ausência de parâmetros históricos, o quantitativo estimado foi determinado por meio de uma análise prospectiva, considerando a expectativa de uso em atividades institucionais. A estimativa levou em conta um consumo pontual e moderado, de modo a atender às necessidades sem comprometer a economicidade ou gerar excessos.

3.2.5. A quantidade de reserva técnica tem como objetivo garantir a continuidade das atividades administrativas sem interrupções, evitando a escassez de materiais essenciais e proporcionando uma margem de segurança para o uso eficiente e sem desabastecimento. Assim, a quantidade disponível nesta reserva técnica minimiza o risco de paralisações e mantém a eficiência e a qualidade do atendimento ao público.

4. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

4.1. Da justificativa para Registro de Preços

4.1.1. O Sistema de Registro de Preços, de modo geral, é um procedimento auxiliar das licitações que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público. Trata-se de uma maneira de seguir o princípio da economicidade, já que o uso desse sistema propicia à administração ganho econômico nas compras públicas em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

4.1.2. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

4.1.3. Marçal Justen Filho, comentando o tema, assevera que:

“O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”[1]

4.1.4. O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa:

"Consiste num procedimento especial a ser adotado, que agiliza as aquisições na área pública, permitindo que os fornecimentos sejam feitos sem grandes entraves burocráticos, adaptados às contingências da vida moderna, eliminando uma série de medidas supérfluas e desnecessárias.

4.1.5. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.

4.1.6. Nesse diapasão, é inviável operacionalmente à aquisição de todos os bens de uma só vez, o armazenamento do referido material é desaconselhável, sendo o fornecimento mediante o Sistema de Registro de Preços a opção mais adequada tendo em vista que é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

4.1.7. Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema just in time, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendada pela Administração.

4.1.8. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certamente fosse de forma isolada.

4.1.9. No Estado de Rondônia, por força dos incisos I, II e III, do art. 116 do Decreto nº 28.874/2024, o Registro de Preços será adotado preferencialmente, quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas e for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de parcelamento do fornecimento, mediante demanda, que será solicitada por ordem de serviço/nota de empenho:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

4.1.10. Considerando que os materiais de expediente constituem itens de consumo contínuo, com demanda variável ao longo do exercício, não sendo possível precisar, com exatidão, os quantitativos a serem utilizados em cada período, o SRP mostra-se a alternativa mais eficiente, conforme previsto no inciso I do art. 116, permitindo contratações futuras e parceladas, de acordo com a necessidade da Administração, evitando aquisições excessivas ou insuficientes. Ademais, nos termos do inciso II, o uso deste procedimento auxiliar proporciona significativa racionalização administrativa, ao concentrar em um único procedimento licitatório a formação de uma ata válida para múltiplas contratações, reduzindo custos operacionais, tempo de tramitação processual e esforço administrativo, promovendo maior eficiência na gestão pública, além da vantajosidade em relação a necessidade de contratações frequentes e repetitivas, como ocorre com materiais de expediente. A padronização dos itens e a possibilidade de aquisição conforme a demanda contribuem para maior controle dos gastos, melhor planejamento logístico e otimização do uso dos recursos públicos.

4.1.11. Por fim, destaca-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços também amplia a competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos e assegurando a economicidade da contratação, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, por atender de maneira eficiente, econômica e planejada às necessidades da Autarquia.

4.2. Da Assinatura da Ata de Registro de Preço

4.2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

4.2.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

4.2.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

4.2.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

4.2.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

4.2.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.2.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.2.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.3. **Da Gerência da Ata de Registro de Preços**

4.3.1. O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

4.4. **Da Vigência da Ata de Registro de Preços**

4.4.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em consonância ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, **bem como renovado as quantidades prevista neste instrumento.**

4.5. **Do Pedido mínimo para cada Ordem de Fornecimento**

4.5.1. Em conformidade ao disposto no inciso IV do art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelo órgão gerenciador, participante ou não participante deverá ser da forma descrita abaixo:

4.6. **Órgão gerenciador, participante:**

4.6.1. Até 100 (cem) unidades registradas a ordem de fornecimento mínima será de 01 (uma) unidade;

4.6.2. Acima de 100 (cem) unidades registradas a ordem de fornecimento mínimo será de 05 (cinco) unidades.

4.7. **Órgão não participante:**

4.7.1. A ordem de fornecimento mínima será 01 (uma) unidade, independente quantitativo registrado.

4.8. **Da Alteração da Ata de Registro de Preços**

4.8.1. A alteração da Ata de Registro de Preços deverá respeitar os dispostos nos arts. 132 a 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024 e os arts. 124 ao 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.8.2. Conforme o art. 132 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 132. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

4.8.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.8.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.8.5. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme o § 1º do art. 134 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

4.8.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.8.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, conforme o art. 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024 e deverá observar os seguintes requisitos:

Art. 135 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

4.9. **Dos requisitos para Adesão da Ata de Registro de Preços "CARONA"**

4.9.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Nº 14.133, de 2021.

4.9.2. A adesão a Ata possui características favoráveis desde que apresente especificações dos objetos compatíveis com a necessidade supracitada neste instrumento; valor do material condizente com os preços aplicados no mercado; possibilidade de aquisição do quantitativo que atendam a necessidade da corporação.

4.9.3. Nos termos do art. 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Nº 14.133/2021.

4.9.4. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual, desde que esteja disponha do caráter anômalo, excepcional e não obrigatório.

4.9.5. A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

4.9.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.9.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.9.8. A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.9.9. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preços.

4.10. **Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

4.10.1. O cancelamento do Registro de Preços será conforme o Art. 136 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

§ 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

5. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

5.2. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.3. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

5.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

5.5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

5.9. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

5.11. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12. Adjudicar e autorizar a emissão da nota de empenho nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6. DA JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

6.2. Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 117º (...)

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

II - excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.

6.3. Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

6.4. No caso desta Autarquia, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

7. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto Art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como , Art. 42, inciso IV, do Decreto Estadual 58.874/2024, todavia é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica viável e economicamente vantajoso e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

7.2. Logo, a licitação deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, visando propiciar a ampla participação de licitantes, e desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

7.3. Na presente demanda indica-se que seja realizada por **ITEM**, favorecendo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

7.4. A aquisição com parcelamento por **ITEM** do presente objeto/solução se trata de método mais vantajoso para a Administração, tendo em vista que os itens isolados resguardam padronização de características, qualidade e utilização próprias, bem como desta forma se aumenta significativamente as possibilidades de amplitude da concorrência e sucesso da licitação.

7.5. O parcelamento permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que podem se candidatar ao fornecimento de itens específicos, ainda que não tenham capacidade de atender ao objeto em sua totalidade. Essa estratégia favorece o princípio da isonomia e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas.

7.6. Dessa forma, o parcelamento da solução não apenas preserva a eficiência da contratação, como também potencializa os ganhos para a Administração. Ademais, encontra respaldo nos princípios da economicidade, da eficiência e da competitividade, razão pela qual se justifica sua adoção no âmbito do presente processo de registro de preços.

7.7. No presente caso, restou-se demonstrada tanto a viabilidade técnica quanto a vantagem econômica do parcelamento, reforçando sua adequação legal e administrativa.

8. **DAS VEDAÇÕES**

8.1. **Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio**

8.1.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio em razão do objeto referenciado neste termo por não caracterizar-se de grande porte, não exigir capacidade operacional especializada, não envolver questões de alta complexidade técnica ao ponto de haver necessidade de parcelamento na execução através de união de esforços e tampouco operacionalmente inviável ou superar a capacidade de uma única empresa para executar o objeto da licitação, portanto, não é o caso da aplicação do Art. 15 da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. **Da Vedação de Cooperativa e Associação**

8.2.1. Fica vedada a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e associação na aquisição do objeto referenciado neste termo, em razão da necessidade de garantir qualidade, eficiência e segurança na execução, tendo em vista que a estrutura descentralizada das organizações acarretaria em riscos de variação na qualidade, ocasionando dificuldade de fiscalização individual do fornecimento e da responsabilização, comprometendo a uniformidade necessária para o sucesso da contratação. Portanto, não será aplicado o entendimento contido no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021, visando garantir que a aquisição seja feita de forma eficiente, transparente e dentro dos princípios da administração pública em cumprimento das obrigações legais.

8.3. **Da Vedação de Vínculo com o Poder Público**

8.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.3.2. Conforme as deliberações contidas no inc. IV, art. 14, da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.**

9. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. A escolha da aquisição dos objetos através de Ata de Registro de Preços (ARP) pode ser considerada a melhor solução, com base na Lei nº 14.133/2021.

9.2. **Justificativa pela estratégia de contratação**

9.2.1. O uso do sistema de registro de preços justifica-se por ser a forma preferencial de aquisição, conforme art. 78, IV da lei 14.133/2021. Ademais, trata de procedimento visando contratações futuras, formalizado para fornecimento parcelado, cuja definição da demanda não é possível ser previamente quantificada com precisão.

9.2.2. Finalmente, a utilização do sistema de registro de preços propiciará a redução de custos, sem a realização de licitações seguidas para o mesmo objeto; evitará o desabastecimento, importará a redução de estoques e de custos de armazenamento, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência, logo, proporcionará:

9.2.2.1. **Economia de Escala:**

A ARP permite a aquisição dos objetos a preços mais competitivos, já que o processo considera a previsão de consumo de diversos órgãos e entidades da administração pública. Isso gera uma economia significativa devido à compra em volume.

9.2.2.2. Flexibilidade e Planejamento:

A ARP oferece maior flexibilidade para as aquisições. Onde as compras podem ser planejadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária, evitando aquisições desnecessárias ou em excesso.

9.2.2.3. Eficiência no Processo de Compras:

Com a ARP, o órgão não precisa realizar múltiplos processos licitatórios para cada aquisição dos objetos, o que reduz significativamente o tempo e os recursos gastos na administração das compras.

9.2.2.4. Padronização:

A utilização da ARP permite a padronização dos objetos com produtos de qualidade equivalente e com as mesmas características.

9.2.2.5. Transparência e Competitividade:

A ARP segue os princípios da Lei 14.133/2021, promovendo a transparência e a competitividade. O processo é publicamente acessível e permite que diversos fornecedores participem, resultando em melhores preços e condições.

9.3. Portanto, considerando as vantagens operacionais, econômicas e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 na Ata de Registro de Preços, essa escolha promove uma gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada aos princípios da administração pública.

10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**10.1. Do Local e da Forma de Entrega**

10.1.1. Os objetos desta aquisição deverão ser entregues na Divisão de Almoxarifado do DETRAN/RO, situado à Rua Benedito de Souza Brito, nº 4543 - Bairro Industrial, em Porto Velho/Rondônia, observando os horários de funcionamento das 07h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira, ***ultrapassado o horário só mediante autorização.***

10.1.2. Caso não haja expediente na data marcada para a entrega, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local, sendo de responsabilidade do fornecedor entrar em contato para informar a previsão de entrega e certificar-se do funcionamento do órgão.

10.1.3. A entrega dos objetos deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a aceitação do item será observada as especificações contidas no Termo de Referência e as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.

10.2. Prazos

10.2.1. A entrega dos objetos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento/nota de empenho, no endereço indicado, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme as especificações técnicas;

10.2.2. Este prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração, mediante requerimento apresentado no prazo de 05 (cinco) dias antes do término do prazo de entrega.

10.2.3. A omissão na proposta de preços do prazo entrega, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

10.3. Das Condições de Recebimento

10.3.1. O recebimento do objeto será efetuado em observância prevista no Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.2. As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3.3. O recebimento do objeto do presente instrumento, se dará conforme art. 140 da Lei Federal 14.133/2021, como segue abaixo:

10.3.4. O Recebimento Provisório

10.3.4.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, pela Divisão de Almoxarifado, no **prazo máximo de 03 (três) dia úteis** contados da efetiva entrega, de acordo com o art. 140 inciso II, alínea “a”, e ainda § 2º, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida.

10.3.4.2. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na NOTA FISCAL quando da sua entrega.

10.3.4.3. A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, os itens que forem rejeitados parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos, danos ou não estiverem de acordo com a especificação do termo de referência imediatamente.

10.3.4.4. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais.

10.3.5. **O Recebimento Definitivo**

10.3.5.1. Será recebido **DEFINITIVAMENTE** após a comprovação da qualidade e quantidade do material, por uma comissão designada pela autoridade competente, após decurso do prazo de recebimento provisório, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, podendo ainda a Administração rejeitar em todo ou parte o fornecimento executado em desacordo com o exigido, de acordo com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.5.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Devolução, no qual consignaram as desconformidades, devendo os bens serem recolhidos e substituídos.

10.3.5.3. Após a notificação da Contratada, o prazo para Recebimento decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

10.3.5.4. Todas as despesas decorrentes de substituição ou recolhimento de materiais deverão correr às expensas da empresa licitante

10.3.6. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto, nem ético profissional, pela perfeita execução do fornecimento.

11. **DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

11.1. **Da Garantia**

11.1.1. O prazo de garantia do objeto mencionado neste termo de referência deverá observar o disposto no [Código de Defesa do Consumidor](#), Lei n.º 8.078/1990. Em caso de vícios ou quaisquer irregularidades constatadas, a Administração notificará a CONTRATADA mediante relatório detalhado, especificando as não conformidades e os respectivos fundamentos, para que sejam devidamente sanadas dentro do prazo estipulado.

11.1.2. A Garantia do fabricante, de acordo com a legislação vigente.

11.1.3. A aquisição em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

11.1.4. Instrução Normativa nº 58/2022/Ministério da Economia; Decreto ° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

11.1.5. A validade mínima do produto deve ser contada a partir da entrega do material, devendo ser especificado na proposta.

11.1.6. O início do período de validade contra defeitos de fabricação, aparentes ou de fácil constatação ou ainda, contra avarias sofridas pelo objeto, no transporte, armazenamento e instalação, dar-se-á na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

11.1.7. No caso de “vícios ocultos”, o prazo de contagem referenciado acima, se inicia a partir do momento da constatação do defeito. (art. 26, § 3º, do CDC).

11.1.8. Constatados vícios ocultos ou defeitos de fabricação, ou ainda, avarias sofridas pelo objeto no transporte ou armazenamento a cargo do CONTRATADO, o licitante terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, para efetuar as correções necessárias ou a substituição do objeto, ficando a despesa de tal operação totalmente a cargo do CONTRATADO.

11.1.9. Os produtos deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação;

11.1.10. O produto deverá ser novo e acondicionado em sua embalagem original fechada.

11.1.11. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação, e às demais legislações pertinentes;

11.1.12. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

11.1.13. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia correrá a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelos seus componentes que estiverem sob sua guarda, arcando com quaisquer danos.

11.2. **Da Qualidade**

11.2.1. Todos os materiais devem atender às especificações descritas no Termo de Referência e nas normas técnicas pertinentes.

11.2.2. Os produtos devem estar em perfeitas condições e serão aceitos apenas se estiverem em conformidade com as especificações e sem defeitos. O fornecedor deve assumir a responsabilidade por eventuais substituições de produtos defeituosos ou não conformes.

12. **DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O estimativo do custo total será de **R\$ 643.567,29 (seiscentos e quarenta e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos)**, conforme apurado pelo Divisão de Cadastro, Registro e Pesquisa de Preço - DIVCREP, no quadro estimativo de preço (ID68426721).

13. **DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

13.1. O Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Expedientes, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia 2026, processo SEI (0010.021379/2025-39), registrada sob o número 788/2026 (67774869).

14. **DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. Nos presentes autos há a informação de Dotação Orçamentária, conforme Certificado de Acompanhamento de Metas e Classificação Orçamentária nº 377/2026 (ID 68763071) emitido pela Gerência de Monitoramento e Avaliação de Programas - DETRAN-GMA.

14.2. Consta nesta que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro, o qual replicamos abaixo:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Unidade Orçamentária	15020 – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
Função	06 – SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO
Ação	2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE
Elemento de Despesa	3390.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recursos	1.753.0.00001 - RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

15. **DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP**

15.1. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

15.2. Serão aplicados os critérios de exclusividade na contratação de ME/EPP, para os itens em que o valor da contratação é de até R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), conforme prerrogativa do Inciso II e cota de 25% estabelecida no Inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3. Cabe à Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços assegurar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 durante o processo de disputa.

16. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

16.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

16.2. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento e adjudicação como sendo o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

16.3. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

16.4. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da lei Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

17. **DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

17.1. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (Noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

17.2. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

17.3. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

18. **DA HABILITAÇÃO**

18.1. **Da Habilitação Jurídica**

18.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

18.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

18.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

18.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

18.2. **Da Qualificação Técnica**

18.2.1. Não será exigido Atestado de Capacidade Técnica para referida aquisição.

18.3. **Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

18.3.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

18.3.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.3.3. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

18.3.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

18.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

18.3.7. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab#>), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

18.4. **Da Qualificação Econômica Financeira**

18.4.1. Balanço Patrimonial, conforme art. 69, inciso I da Lei 14133/2021.

18.4.1.1. Nos termos do inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social para fins de habilitação econômico-financeira, quando se tratar **de contratação para entrega imediata de bens, conforme ordem de fornecimento/nota de empenho**, de pequeno valor ou baixa complexidade, que não resulta em obrigações futuras, tampouco impliquem risco significativo de inadimplemento contratual ou desequilíbrio financeiro à Autarquia.

18.4.1.2. Considerando que o objeto desta contratação refere-se à aquisição de bens de baixa complexidade, cujos valores envolvidos não apresentam impacto relevante no orçamento do DETRAN-RO, tampouco resultará obrigações futuras que demandem robusta capacidade econômico-financeira por parte do contratado, entende-se justificada a não exigência do balanço patrimonial como critério de habilitação.

18.4.1.3. Tal medida visa ainda promover a simplificação do procedimento licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a efetividade da contratação, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

18.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, inciso II da Lei 14133/2021.

18.4.2.1. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, verificar-se-á se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

18.4.2.2. Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

18.5. **Das Declarações**

18.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

18.5.2. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

18.5.3. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

19. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

19.1. **Do instrumento Contratual**

19.1.1. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses em que a lei permite a substituição por outro instrumento hábil, vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

[...]

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

19.1.2. Considerando que o objeto da contratação refere-se à aquisição de bens de baixa complexidade, cujos valores envolvidos não apresentam impacto relevante, tampouco impliquem risco significativo de inadimplemento contratual ou desequilíbrio financeiro à Autarquia e trata-se de compra com entrega imediata, neste caso o instrumento contratual é facultado, sendo substituído por Nota de empenho, por não resultar em obrigações futuras.

19.1.2.1. Tal medida visa ainda promover a simplificação do procedimento licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a efetividade da contratação, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

19.1.3. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida nota de empenho.

19.1.4. Nos termos do Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, a Administração convocará regularmente a licitante vencedora, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua convocação e disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, para aceitar ou retirar a nota de empenho, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

19.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

19.1.6. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.

19.1.7. O Aceite da nota de empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

19.1.7.1. A CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste termo;

19.1.7.2. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos Art. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos Art. 137 a 139 da mesma Lei.

19.1.8. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19.1.9. Na aplicação da Nota de empenho, faz-se o entendimento de que independente da formalização da relação entre as partes por um ajuste, há a existência da relação jurídica contratual, estando as partes vinculadas por suas respectivas obrigações, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.

19.2. **Dos Acréscimos e Supressões**

19.2.1. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. **DOS REAJUSTES**

- 20.1. Durante a vigência, os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, devendo, ainda, obedecer o disposto no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.
- 20.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice IPCA.
- 20.3. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento da CONTRATADA, depois de transcorrido 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, em estrita observância ao art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o IPCA, restando sua análise de competência do CONTRATANTE.
- 20.3.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 20.3.2. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue a Contratação sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão lógica do direito.
- 20.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.3.4. Também durante a vigência da contratação, a CONTRATADA poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 21.1. Em consonância com o disposto no art. 96 da Lei 14.133/2021, que confere à autoridade competente a discricionariedade para a exigência de garantia de execução, a análise do objeto do presente pregão, que versa sobre a Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Expediente, permite concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração Pública.
- 21.2. Considerando a natureza dos materiais a serem fornecidos, não se identificam elementos que indiquem a probabilidade de danos ou prejuízos que justifiquem a imposição de uma garantia contratual, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.
- 21.3. A relação entre a Administração e a detentora é pautada pela confiança e pela boa-fé, e a natureza do fornecimento dos objetos requeridos não apresenta complexidades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.
- 21.4. Pelos fatos elencados, a não exigência de garantia contratual é medida que se coaduna com a prudência administrativa e a busca pela eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando a contratação de forma ágil e desburocratizada.

22. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22.1. Disposições Gerais

- 22.1.1. A aquisição em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;
- 22.1.2. A aquisição deverá seguir os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 22.1.3. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando tamanho, dimensões, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;
- 22.1.4. Executar a aquisição seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 22.1.5. A contratada deverá atingir padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa.
- 22.1.6. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.
- 22.1.7. Todos os materiais devem atender às especificações descritas neste instrumento, no edital e nas normas técnicas pertinentes.
- 22.1.8. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente instrumento, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.
- 22.1.9. Para garantir a qualidade e a conformidade dos materiais de consumo adquiridos pela Administração Pública, é essencial seguir normas e critérios específicos. Essas normas asseguram que os produtos atendam aos requisitos técnicos e funcionais necessários. Abaixo estão os principais critérios e normas a serem observados:
- 22.1.9.1. **Especificações Técnicas:**
- Os materiais devem ser apropriados para o uso pretendido e cumprir as especificações técnicas descritas no edital ou na documentação do pregão eletrônico.

Os materiais devem atender às normas técnicas nacionais ou internacionais aplicáveis, como ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou ISO (International Organization for Standardization), no que couber.

22.1.9.2. Qualidade dos Materiais

Os materiais devem ser novos, livres de defeitos e de acordo com as características especificadas (cor, tamanho, peso, etc).

Os materiais de uso prolongado devem apresentar garantia mínima de durabilidade e funcionalidade.

22.1.9.3. Embalagem e Rotulagem

Os materiais devem ser entregues em embalagens que garantam sua integridade durante o transporte e manuseio. Embalagens devem estar em conformidade com as normas de segurança e transporte.

Os rótulos e embalagens devem conter informações claras sobre o produto, incluindo especificações técnicas, prazo de validade (se aplicável), e instruções de uso.

22.1.9.4. Conformidade Legal e Regulatória

Os materiais devem atender a todas as regulamentações legais e normativas vigentes no país.

O licitante deve fornecer todas as documentações necessárias, incluindo notas fiscais, certificados de qualidade, e outros documentos exigidos pela Administração Pública.

22.1.9.5. Procedimentos de Aceitação

A Administração Pública pode realizar inspeções e testes dos materiais para assegurar que atendam às especificações.

A aceitação dos materiais será baseada nos resultados desses testes e na conformidade com o edital.

22.1.9.6. Responsabilidades do Fornecedor

O fornecedor deverá substituir qualquer item que não esteja em conformidade com as especificações ou que apresente defeito, sem custo adicional para a Administração Pública.

O fornecedor deve garantir a qualidade dos produtos e responder por quaisquer problemas de conformidade que possam surgir após a entrega.

22.1.9.7. Regulamentações Específicas

Produtos internacionais precisam atender as normas de qualidade específicas, como a ISO 9001 (sistema de gestão da qualidade) ou outras normas relacionadas ao tipo de material.

Materiais devem estar em conformidade com a legislação ambiental, como a Lei de Resíduos Sólidos e normas de sustentabilidade.

23. DAS OBRIGAÇÕES

23.1. Do Contratante

23.1.1. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

23.1.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os objetos dentro das especificações e proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do objeto contratado.

23.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

23.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

23.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

23.1.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

23.1.7. Indicar formalmente através de portaria, devidamente publicada em Diário Oficial do Estado, o gestor e/ou fiscal da Ata de Registro de Preços.

23.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora, necessários à execução do fornecimento do objeto.

23.1.9. Promover o recebimento provisório e o definitivo dos veículos, nos prazos fixados.

23.1.10. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer veículo que não esteja de acordo com as exigências neste termo delineada.

23.1.11. Decidir com o representante da detentora da Ata de Registro de Preços todas as questões que surgirem durante a execução do objeto e a ele relativas.

23.2. **Do Órgão Gerenciador**

23.2.1. Acompanhar, fiscalizar e assinar a Ata de Registro de Preços.

23.2.2. Dar publicidade a Ata de Registro de Preços.

23.2.3. Autorizar os órgãos não participantes a formalizar as adesões nos quantitativos determinados.

23.2.4. Observar os limites estabelecidos para os órgãos não participantes, nos termos do artigo nº 124 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

23.2.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços.

23.2.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços.

23.3. **Da Contratada/Detentora da Ata**

23.3.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa CONTRATADA deverá:

23.3.1.1. Responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor. Manter o preço proposto pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

23.3.1.2. Fornecer todos os objetos de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

23.3.1.3. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação;

23.3.1.4. Entregar o objeto solicitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

23.3.1.5. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;

23.3.1.6. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes de trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;

23.3.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

23.3.1.8. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega;

23.3.1.9. Notificar a CONTRATANTE, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos na entrega dos materiais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

23.3.2. Não serão feitos pagamentos parciais. Somente após o recebimento definitivo de todo os materiais é que será providenciado o pagamento de qualquer valor ao fornecedor.

24. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

24.1. Fica **vedada a subcontratação** total ou parcial do objeto, pela CONTRATADA, à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

24.2. Trata-se de aquisição que caracteriza-se pela entrega de produtos específicos, cujas especificações técnicas e quantitativas são bem definidas. A subcontratação, que é geralmente aplicada a serviços complexos ou que exigem especialização técnica, não se justifica para a contratação que podem ser efetuadas diretamente pelos fornecedores, sem a necessidade de intermediários.

24.3. Diante do exposto, fica vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CONTRATADA.

25. **DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

25.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE mediante servidor especialmente designado para esse fim, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.2. A Gestão e Fiscalização deverá ser realizado de forma preventiva, rotineira e sistemática, nos moldes da Lei 14.133/2021 e Art. 2º, VII do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

(...)

VI - gestão de contrato: a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VII - fiscalização técnica: o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

VIII - fiscalização administrativa: o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere à revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e IX - fiscalização setorial: o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

(...)

25.3. A verificação da entrega do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

25.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

25.5. A empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor.

25.6. O DETRAN/RO nomeará comissão para acompanhamento e fiscalização resultante da presente contratação, os quais deverão registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas e terão poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, objetivando sua imediata correção.

25.7. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, proporcionando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto constante deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

26.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pela detentora por meio de pedido subscrito pelo representante legal, indicando o número da Nota de Empenho e os dados para pagamento, instruídas conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024 e apresentadas na Divisão de Almoxarifado do DETRAN/RO, devendo ser observada a possibilidade de que eventuais débitos com a Fazenda Estadual sejam objeto de compensação de crédito. Na hipótese de débito com a Fazenda Estadual, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa, conforme previsão art. 188, § 3º do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

26.3. Das Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes.

26.4. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

26.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

26.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

26.7. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, nos termos do art. 188 do decreto supra mencionado.

26.8. A administração efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes, quando legalmente exigidos.

26.9. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

26.10. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

26.11. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

26.12. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

26.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, incisos I a XII, da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à detentora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

27.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

27.3. A licitante, adjudicatária ou detentora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFIMP.

27.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

27.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

27.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

27.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

27.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

27.12. À detentora que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, as multas moratória ou compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo de até 30% do valor da nota de empenho, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1% por dia Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	1% por dia Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1% por dia Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	1% por dia Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	1% por dia Até o limite de 30%

27.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

27.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total da Nota de Empenho, o que ensejará o seu cancelamento.

27.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

27.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

27.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais.

27.19. Também ficam sujeitas às penalidades de impedimento de licitar e contratar com o órgão e de declaração de inidoneidade, prevista no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da execução do objeto decorrente da licitação:

27.20. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

27.20.1. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

27.20.2. Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.21. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a desobrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28. **APLICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

- 28.1. É de total responsabilidade da detentora o cumprimento das normas ambientais vigentes para o fornecimento do objeto, no que diz respeito à poluição ambiental e à destinação de resíduos decorrentes da entrega;
- 28.2. A **CONTRATADA** deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 28.3. A **CONTRATADA** deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade com art. 5º da Lei nº 14.133/21;
- 28.4. A **CONTRATADA** deverá cumprir as orientações das Instruções Normativas, Decretos e demais legislações vigentes;
- 28.5. A **CONTRATADA** deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto da licitação;
- 28.6. Deverá a **CONTRATADA** obedecer, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/IMPOG Nº 01 DE 19/01/2010, em conformidade com o Decreto Estadual nº 21.264/2016.
- 28.7. Aplica-se, no que couber, o Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável conforme consta na Lei Federal 14.133/2021.
29. **DOS CASOS OMISSOS**
- 29.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos, respeitando o objeto dessa contratação, por meio da aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.
30. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**
- 30.1. O CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada a respeito deste Termo de Referência.
- 30.2. A empresa vencedora se compromete a cumprir a execução do objeto constante da Nota de Empenho de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.
- 30.3. O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do material fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 30.4. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- 30.5. São de exclusiva responsabilidade da detentora, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do DETRAN/RO, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para o fornecimento do objeto e assistência técnica, durante a garantia dos produtos adquiridos.
- 30.6. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.
- 30.7. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21.
- 30.8. A resolução de situações omissas que se façam necessárias para a eficiente e perfeita execução do objeto poderão ser solicitadas à detentora da Ata de Registro de Preços ~~Nota de Empenho~~, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- 30.9. Não serão aceitas mudanças nas especificações, modelos, versões, etc., sem a prévia autorização do DETRAN/RO.

REQUISITANTE

DE ACORDO

Maxssuendro Almeida Pinheiro Coordenador de Patrimônio COPAC - DETRAN/RO	Geovane Costa Ramos Diretor de Engenharia Civil e Patrimônio DIREP - DETRAN/RO
---	---

CONSOLIDAÇÃO
Flávia Maria Celestino Vasconcelos Chefe de Divisão de Planejamento e Estudo Técnico Preliminar DIVETEP/NAC/DETRAN/RO

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Maxssuendro Almeida Pinheiro, Coordenador(a)**, em 04/05/2026, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Costa Ramos, Diretor(a)**, em 04/05/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Celestino Vasconcelos, Chefe de Unidade**, em 06/05/2026, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 12/05/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70765409** e o código CRC **878AD9F5**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

MAPA DE RISCO

1. **IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
- 1.2. Unidade Administrativa: Diretoria de Engenharia Civil e Patrimônio - DIREP
- 1.3. Unidade Requisitante: Coordenadoria de Patrimônio e Compras - COPAC

2. **INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo de **Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Expediente**, para atendimento das necessidades deste DETRAN/RO.

2.2. Considerando o Decreto 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as Contratações Públicas no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia, fundamentado nos arts. 30, Inciso V, 36 e 37 que prevê:

Art. 30.A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, observando as seguintes etapas:

[...]

V - elaboração do mapa de riscos e matriz de riscos, conforme o caso;

[...]

Art. 36.O mapa de riscos é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

2.3. Ademais, considerando § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos, foram analisadas conforme a Portaria nº 217, de 08 de dezembro de 2021 (0022698556), que estabelece a **Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual**, sendo elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos.

3. **ESCALA DE PROBABILIDADE**

Frequência	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

4. ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

5. ESCALA DO NÍVEL DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

6. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

ITEM	RISCO	CAUSAS DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESPONSABILIDADE
R01	Ausência de definição adequada e suficientes das	Falta de conhecimento técnico e análise insuficiente.	Rara	relevante	Baixo	a) Consultar especialistas, efetuar levantamento detalhado das especificações técnicas, permitindo que seja mais	CONTRATANTE

	especificações dos itens.					precisa e alinhada às ofertas do mercado.	
R02	Risco da Estimativa de Preço Inadequada	Elaboração de planilhas de preços incorretas, Falta de método para realizar a estimativa ou Preços não refletem realidade do mercado	Rara	relevante	Médio	a) Fazer as devidas correções nos itens das planilhas de custos e formação de preços que possam impedir uma correta estimativa; b) Realizar pesquisa de preços tão abrangente quanto possível em obediência aos critérios previstos em normas pertinentes.	CONTRATANTE
R03	Erro na elaboração do Termo de Referência	Falta de informações claras sobre os requisitos do objeto, projeto, prazos, escopo, critérios de avaliação, entre outros que podem comprometer o sucesso da aquisição.	Rara	Pouco Relevante	Médio	a) Estabelecer um processo claro e rigoroso de revisão e validação do Termo de Referência antes de sua aprovação e assinatura. b) Utilizar modelos de TR previamente testados e adaptados às necessidades específicas do objeto. c) Definir com clareza os objetivos, escopo e critérios de desempenho, evitando ambiguidades.	CONTRATANTE
R04	Aumento dos custos do objeto;	Instabilidade econômica nacional ou global	Rara	Pouco Relevante	Baixo	a) Monitoramento constante dos indicadores econômicos; b) Revisão do orçamento para acomodar aumento de preços;	CONTRATANTE
R05	Licitação com pouca concorrência, deserta ou fracassada	Falha na fase interna do procedimento licitatório. Não haver fornecedores suficientes, interessados ou não atenderem as exigências do Termo de Referência	Rara	Relevante	Médio	a) Estimativa dos preços adequada b) Elaboração de especificações condizentes com requisitos da aquisição c) Exigir documentos de habilitação e de qualificação técnica condizentes com as especificidades da aquisição; d) Reavaliar as exigências para garantir que sejam razoáveis e de fácil atendimento para fornecedores qualificados.	CONTRATANTE
R06	Fornecedor não tem a qualificação técnica e/ou qualificação econômica-financeira	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções. Falha do setor de licitações em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Rara	Relevante	Médio	a) Elaborar a descrição detalhada e precisa dos requisitos econômicos, financeiros, contábeis, técnicos e legais necessários para a contratação no Edital; b) Realizar a habilitação do fornecedor de forma criteriosa, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório. b) Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Administração Pública; c) Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação; d) Exigir comprovação de habilidade técnica e atestado de capacidade técnica; e) Garantir a contratação de empresa idônea e com capacidade técnica, econômica e financeira para cumprir os termos do contrato.	CONTRATANTE
R07	Atraso na homologação da licitação em função de pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	Falha na elaboração do Termo de Referência, participação de empresas não qualificadas	Eventual	Relevante	Alto	a) Analisar recursos, impugnações e esclarecimentos de maneira célere; b) Definir prazos razoáveis para análise recursos, impugnações e esclarecimentos de maneira célere; c) Priorização na análise e respostas dos recursos, pedidos de impugnação e esclarecimentos; d) Elaborar os pareceres com celeridade;	CONTRATANTE
R08	Atraso na entrega do objeto	Atrasos na entrega do objeto previsto decorrentes de falhas no processo de execução, gestão inadequada de	Eventual	Relevante	Médio	a) Antes da assinatura do contrato ou da entrega de documento hábil que o substitua, informar o prazo de entrega exigido;	CONTRATADA

		cronogramas, ou problemas com a execução por parte dos fornecedores ou equipes envolvidas.				<p>b) Manter contato contínuo com a empresa, esclarecendo o termo inicial do prazo de entrega;</p> <p>c) Verificar possibilidade de entrega com, no mínimo, 01 (uma) semana de antecedência da data em que os objetos serão utilizados;</p> <p>d) Analisar se a data estimada é suficiente para que ocorra a entrega do objeto dentro do prazo estabelecido, enfatizando que a não entrega dos objetos na data estipulada acarretará a aplicação das sanções aplicáveis ao caso;</p> <p>e) Obter junto a empresa estimativa da data de entrega do objeto à transportadora e à Contratante;</p> <p>f) Acompanhar junto à empresa possíveis entraves para que ocorra a entrega no prazo estabelecido;</p> <p>g) Ao se constatar a impossibilidade de a empresa entregar os objetos dentro do prazo, verificar a possibilidade de ampliação do prazo estipulado e, em último caso, comunicar prontamente o setor demandante para análise de possíveis alternativas para atender a demanda, com a finalidade de evitar danos irreversíveis a pretensão da contratação</p> <p>h) Orientar a empresa quanto as tratativas necessárias para a eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, a qual deverá ocorrer em tempo hábil para apreciação pela Contratante, informando, inclusive, sobre a possibilidade de o pleito ser negado, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao caso.</p>	
R09	Entrega de objeto incompatíveis com as especificações exigidas	Fiscalização ineficiente e falta de um método de aferição da qualidade dos objetos entregues pelo fiscal.	Rara	Relevante	Alto	<p>a) análise da proposta, com o intuito de verificar a compatibilidade com as especificações exigidas;</p> <p>b) solicitar documento que informe as especificações técnicas do objeto, quando for o caso;</p> <p>c) em caso de entrega de objeto que não corresponda às especificações solicitadas, deverá ser recusado o seu recebimento e elaborada notificação à empresa, respaldada em relatório que aponte as divergências verificadas, para que esta proceda a sua devida substituição, às suas custas.</p>	CONTRATANTE e CONTRATADA
R10	Interrupção do serviço ou abandono da CONTRATADA	Falha no dimensionamento dos custos e/ou dispêndios para execução dos fornecimentos da parte da CONTRATADA e falta de fiscalização	Eventual	Relevante	Médio	<p>a) Análises e verificações detalhadas da capacidade técnica e saúde financeira da CONTRATADA.</p> <p>b) Fiscalização constante do serviço</p> <p>c) Cláusulas contratuais claras, que preveem prazos, penalidades e compensações em caso de descumprimento.</p> <p>d) Monitoramento contínuo do progresso da execução do contrato.</p>	CONTRATDA
R11	Fiscalização ineficiente	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato	Rara	Relevante	Médio	<p>a) Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, adotando a multidisciplinaridade de funções.</p> <p>b) Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.</p>	CONTRATANTE

REQUISITANTE	DE ACORDO
Maxssuendro Almeida Pinheiro Coordenador de Patrimônio COPAC - DETRAN/RO	Geovane Costa Ramos Diretor de Engenharia Civil e Patrimônio DIREP - DETRAN/RO

CONSOLIDAÇÃO
Flávia Maria Celestino Vasconcelos Chefe de Divisão de Planejamento e Estudo Técnico Preliminar DIVETEP/NAC/DETRAN/RO

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Maxssuendro Almeida Pinheiro, Coordenador(a)**, em 04/05/2026, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Costa Ramos, Diretor(a)**, em 04/05/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Celestino Vasconcelos, Chefe de Unidade**, em 06/05/2026, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 12/05/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71262442** e o código CRC **73805A5D**.

Referência: Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0010.025826/2025-29

SEI nº 71262442

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS DE MERCADO
PROCESSO N.º 0010.024818/2025-65

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPF ¹	QUANT. DEST. COTA ME/EPF (25%) ²	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPF	QUANT. DEST. COTA ME/EPF (25%)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	SUBTOTAL GERAL
1	GRAMPEADOR de Mesa Profissional	UNID.	672	672	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 15,90	R\$ 14,32	R\$ 19,99	R\$ 13,00	R\$ 13,00	R\$ 15,80	R\$ 10.617,60	-	-	R\$ 10.617,60
2	GRAMPO PARA GRAMPEADOR	CAIXA	429	429	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 3,50	R\$ 3,11	R\$ 3,20	R\$ 3,68	R\$ 3,11	R\$ 3,37	R\$ 1.445,73	-	-	R\$ 1.445,73
3	TESOURA	UNID.	195	195	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 4,00	R\$ 4,10	R\$ 4,06	R\$ 4,60	R\$ 4,00	R\$ 4,19	R\$ 817,05	-	-	R\$ 817,05
4	COLA INSTANTÂNEA,	UNID.	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 4,62	R\$ 4,46	R\$ 4,45	R\$ 4,48	R\$ 4,45	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00	-	-	R\$ 2.250,00
5	Cola Branca,	CAIXA	897	897	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 20,90	R\$ 19,64	R\$ 18,64	R\$ 19,20	R\$ 18,64	R\$ 19,60	R\$ 17.581,20	-	-	R\$ 17.581,20
6	Cola, tipo: bastão 10g	CAIXA	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 9,43	R\$ 8,00	R\$ 8,72	R\$ 8,70	R\$ 8,00	R\$ 8,71	R\$ 4.355,00	-	-	R\$ 4.355,00
7	FITA DUPLA FACE	ROLO	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 25,44	R\$ 25,91	R\$ 25,84	R\$ 25,44	R\$ 25,44	R\$ 25,66	R\$ 12.830,00	-	-	R\$ 12.830,00
8	CANETA MARCA TEXTO	UNID.	1.268	1268	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,62	R\$ 0,60	R\$ 0,64	R\$ 0,65	R\$ 0,60	R\$ 0,63	R\$ 798,84	-	-	R\$ 798,84
9	CANETA ESFEROGRÁFICA	UNID.	2.256	2256	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,48	R\$ 0,49	R\$ 0,47	R\$ 0,75	R\$ 0,47	R\$ 0,55	R\$ 1.240,80	-	-	R\$ 1.240,80
10	CANETA ESFEROGRÁFICA	UNID.	1.469	1469	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,47	R\$ 0,48	R\$ 0,45	R\$ 0,75	R\$ 0,45	R\$ 0,54	R\$ 793,26	-	-	R\$ 793,26
11	LÁPIS PRETO	UNID.	1.751	1751	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,23	R\$ 0,28	R\$ 0,27	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 0,22	R\$ 385,22	-	-	R\$ 385,22
12	BORRACHA TÉCNICA DUST FREE:	UNID.	1.000	1000	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 4,00	R\$ 3,13	R\$ 4,90	R\$ 3,13	R\$ 3,13	R\$ 3,79	R\$ 3.790,00	-	-	R\$ 3.790,00
13	CLIPES	CAIXA	390	390	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 3,30	R\$ 3,00	R\$ 2,67	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,74	R\$ 1.068,60	-	-	R\$ 1.068,60
14	CLIPES nº 08	CAIXA	325	325	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 3,00	R\$ 2,25	R\$ 2,48	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,43	R\$ 789,75	-	-	R\$ 789,75
15	REABASTECEDOR	CAIXA	130	130	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 3,15	R\$ 3,14	R\$ 3,77	R\$ 6,60	R\$ 3,14	R\$ 4,17	R\$ 542,10	-	-	R\$ 542,10
16	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, cor AZUL,	UND	260	260	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,68	R\$ 1,75	R\$ 1,70	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,58	R\$ 410,80	-	-	R\$ 410,80
17	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, cor PRETO	UND	260	260	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,68	R\$ 1,75	R\$ 1,70	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,58	R\$ 410,80	-	-	R\$ 410,80
18	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, cor VERMELHO,	UND	260	260	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,75	R\$ 1,70	R\$ 1,72	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,59	R\$ 413,40	-	-	R\$ 413,40
19	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor AZUL	UND	195	195	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,30	R\$ 1,43	R\$ 1,47	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,35	R\$ 263,25	-	-	R\$ 263,25
20	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor PRETO	UND	260	260	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,16	R\$ 1,07	R\$ 1,13	R\$ 1,20	R\$ 1,07	R\$ 1,14	R\$ 296,40	-	-	R\$ 296,40
21	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor VERMELHO	UND	410	410	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 1,35	R\$ 1,16	R\$ 1,30	R\$ 1,20	R\$ 1,16	R\$ 1,25	R\$ 512,50	-	-	R\$ 512,50
22	PRANCHETA OFÍCIO	UND	355	355	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 5,00	R\$ 4,74	R\$ 6,00	R\$ 6,80	R\$ 4,74	R\$ 5,64	R\$ 2.002,20	-	-	R\$ 2.002,20
23	REGUA	UND	338	338	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 2,00	R\$ 1,70	R\$ 1,95	R\$ 1,75	R\$ 1,70	R\$ 1,85	R\$ 625,30	-	-	R\$ 625,30
24	PAPEL SULFITE	RESMA	13.224	Não Aplicável	3306	9918	R\$ 19,50	R\$ 19,75	R\$ 19,90	R\$ 30,00	R\$ 19,50	R\$ 22,29	-	R\$ 73.690,74	R\$ 221.072,22	R\$ 294.762,96
25	BOBINA FILME DE PVC PLÁSTICO	ROLO	39	39	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 107,00	R\$ 90,00	R\$ 104,80	R\$ 170,00	R\$ 90,00	R\$ 117,95	R\$ 4.600,05	-	-	R\$ 4.600,05
26	LACRE DE MALOTE -	UND	10.000	10000	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,14	R\$ 0,11	R\$ 0,12	R\$ 0,40	R\$ 0,11	R\$ 0,19	R\$ 1.900,00	-	-	R\$ 1.900,00
27	FICHÁRIO DE MESA,	UND	199	199	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 85,63	R\$ 83,99	R\$ 83,85	R\$ 88,00	R\$ 83,85	R\$ 85,37	R\$ 16.988,63	-	-	R\$ 16.988,63
28	Notas auto adesivas: cores variadas	PACOTE	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 12,95	R\$ 12,20	R\$ 11,00	R\$ 11,68	R\$ 11,00	R\$ 11,96	R\$ 5.980,00	-	-	R\$ 5.980,00
29	Livro protocolo de correspondência:	UND	351	351	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 10,50	R\$ 9,28	R\$ 8,99	R\$ 28,00	R\$ 8,99	R\$ 14,19	R\$ 4.980,69	-	-	R\$ 4.980,69

30	Apontador de lápis,	UND	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 0,90	R\$ 1,04	R\$ 0,82	R\$ 0,88	R\$ 0,82	R\$ 0,91	R\$ 455,00	-	-	R\$ 455,00
31	Livro de Ata	UND	304	304	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 10,80	R\$ 13,35	R\$ 11,00	R\$ 22,00	R\$ 10,80	R\$ 14,29	R\$ 4.344,16	-	-	R\$ 4.344,16
32	Marca texto em formato de mão em cores variadas	UND	700	700	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 15,50	R\$ 10,00	R\$ 8,60	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 9,78	R\$ 6.846,00	-	-	R\$ 6.846,00
33	APAGADOR DE PINCEL DE QUADRO BRANCO	UND	500	500	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 4,30	R\$ 3,98	R\$ 4,00	R\$ 4,50	R\$ 3,98	R\$ 4,20	R\$ 2.100,00	-	-	R\$ 2.100,00
34	Pasta Suspensa	UND	118.185	Não Aplicável	29546	88639	R\$ 1,95	R\$ 1,93	R\$ 2,20	R\$ 1,90	R\$ 1,90	R\$ 2,00	-	R\$ 59.092,00	R\$ 177.278,00	R\$ 236.370,00
VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP:													R\$ 112.434,33			
VALOR TOTAL COTA EXCLUSIVO ME/EPP:													R\$ 132.782,74			
VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA													R\$ 398.350,22			
TOTAL GERAL (AMPLA CONC. + EXCLUS. ME-EPP + COTA EXCLUS. ME-EPP)													R\$ 643.567,29			

Nota Explicativa:

- 1) ¹ Em atendimento ao Art. 48º, I - LC 123/2006
- 2) ² Em atendimetno ao Art 48º, III - LC 123/2006 e Decreto Estadual 21.675/2017

Fontes de Pesquisa

MUNICIPIO DE VERA CRUZ / - Gabinete do Pref. e Órgãos Subordinados / DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS DNERUR - ARACAJU - SE / MUNICIPIO DE NOVA CRUZ - Prefeitura / FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE BELFORD ROXO - MRJ FUNDAÇÃO DESENVOLV.SOCIAL DE BELFORD ROXO / CAMARA MUNICIPAL DE FEJO - CAMARA MUNICIPAL DE FEJO - AC / MUNICIPIO DE CARIRA - MUNICIPIO DE CARIRA/SE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Santa Catarina | Pró-Reitoria de Administração / MINISTÉRIO DA GRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária | EMBRAPA FLORESTAS-COLOMBO-PR / FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE/PR / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Santa Catarina Pró-Reitoria de Administração / OURO BRANCO AMARA MUNICIPAL - OURO BRANCO CAMARA MUNICIPAL / MUNICIPIO DE INDAIAL Departamento de Administração / MUNICIPIO DE BOCAINA DE MINAS - Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas / GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA | prefeitura municipal de coribe/ MUNICIPIO DE IMPERATRIZ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / MINISTÉRIO DA DEFESA | COMANDO DA MARINHA | Capitânia dos Portos do Maranhão / MINISTÉRIO DA DEFESA | COMANDO DA MARINHA | Capitânia dos Portos do Maranhão / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / MUNICIPIO DE ARMO DO CAJURU - ADMINISTRAÇÃO E RH / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESENDE - SUS / ESTADO DO ACRE - INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE / SISTEMA DE AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAESA - SAESA ISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL / MUNICIPIO DE NOVA CRUZ - Prefeitura / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA | ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL / MUNICIPIO DE URUCUIA Setor de Compras e Licitações / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL - SP / LAGOA SANTA CAMARA MUNICIPAL - Câmara Municipal de Lagoa Santa / GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA | prefeitura municipal de coribe / PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior Eleitoral Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE OURINHOS / FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANHARÓ - Fundo Municipal de Educação do Município de Sanharó / SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - ADMINISTRAÇÃO DO SAAE DE OLIVEIRA /

Prefeitura Municipal de Ipeuira / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA | ESP-PENIT. JOAO B. DE SANTANA / CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER - CON INTEM DE DES REGIONAL - CONDER / MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA 16 - MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA-RO / SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA DE MATO GROSSO 76 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA / MUNICIPIO DE LAVRAS DO SUL EFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL / MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando do Exército | Industria de Material_Belico do BrasilFMCE/RJ / TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS GECOMP / Conselho Regional de Corretores de Imoveis da 2ª Regiao - Sao Paulo / FUNDAÇÃO ESTATAL DE TENÇÃO A SAÚDE PR / SUBPREFEITURA SANTO AMARO / 927353 - PMSP - SUBPREFEITURA SANTO AMARO / MUNICIPIO DE ARARAQUARA - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA / GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA | prefeitura municipal de coribe / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-COM.POL.INT-CEL.PAULO M.SERRAT FI/ MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO | ESP-UNESP-INST.CIEN.TECNOLOG.-C.S.J.CAMPOS / MUNICIPIO DE LADARIO / 305 - Municipio de Ladario - MS / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE / 1405 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESENDE - SUS / INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO IFES INST FED DE EDUC CIEN E TEC DO ESP SANTO / MUNICIPIO DE BUTIA PREFEITURA MUNICIPAL / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA | ESP-PENIT. OZIAS LUCIO DOS SANTOS - PACAEMBU / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIROS / FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE-PR / PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA / AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - AGÊNCIA REGULADORA / MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando do Exército | Comando Militar do Sul | COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN | TA MARIA | 1ªBrigada de Cavalaria Mecanizada | 19ºGrupo de Artilharia de Campanha / PREF.MUN.DE ITATIAIUCU / GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA | prefeitura municipal de coribe / Brindes Gráfica RR / EEM LICEU DE ACARAU ARIA ALICE RAMOS GOMES /

Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel / CAMARA MUNICIPAL DE ITABORA/RJ / Prefeitura Municipal de Martins / MUNICIPIO DE ORLEANS CIN223 - MUNICIPIO DE ORLEANS / SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA DE MATO GROSSO 76 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA / Municipio de Olho D'Água do Borges / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CP1-9 / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-ECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACAREI / PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU / MINISTÉRIO DA DEFESA | COMANDO DA MARINHA | Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais | Batalhão Naval / MUNICIPIO DE FORQUILHINHA / 1 - PREFEITURA UNICIPAL DE FORQUILHINHA SC / Kalunga / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SAUDE | ESPINSTITUTO CLEMENTE FERREIRA / MUNICIPIO DE PACATUBA - MUNICIPIO DE PACATUBA/SE / MUNICIPIO DE SANTA HELENA DE GOIAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / HU. MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO / MUNICIPIO DE PARELHAS - Prefeitura / PM DE GLORINHA / PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RANCO /MUNICIPIO DE IVAI - Prefeitura Municipal de Ivaí - PR / MUNICIPIO DE GENTIO DO OURO - ESTADO DA BAHIA / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA | ESP-PENIT. DE LIMEIRA / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACAREI / FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE-PR / GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ | PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES / Prefeitura Municipal de Buenópolis / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CP1-9 / GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA | ESP-DIVISAO DE TRANSPORTES / PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO / SERVICO NACIONAL RENDIZAGEM COMERCIAL / SENAC COMPRAS / EEM HILDEBERTO BARROSO /



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90007/2026

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Ao

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO

Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO

FONE/FAX: (69) 3217-2974

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90007/2026 – PROCESSO N.º 0010.025826/2025-29 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – DATA DA ABERTURA:

Senhora Pregoeira, após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência, (anexos e apensos), com os quais concordamos, vimos apresentar Proposta, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura **Aquisição de Materiais de expedientes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor unitário	Valor total
------	-----------	-------------------	------------	----------------	-------------

01 Exclusivo ME/EPP	GRAMPEADOR de Mesa Profissional , material: metal, capacidade carga: 200 grampos (±5%), capacidade trabalho (mínima) grampear mínimo ou superior 26 folhas de papel 75 g/m², tipo grampo: 26/6, tamanho: médio. Marca de Referência: CIS, C-15, Carbox 266, ou similar em qualidade, durabilidade e desempenho.	UND	672		
02 Exclusivo ME/EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR , material: arame de aço galvanizado, unidade de fornecimento: CAIXA com 5000 unidades, tipo: 26/6.	CAIXA	429		
03 Exclusivo ME/EPP	TESOURA , aplicação: de uso geral, multiuso; tamanho entre 16 a 17,5 cm; lâmina em aço inox; não enferruja, cabo de polipropileno, podendo ser mista de poliproleno e borracha termoplástica.	UND	195		
04 Exclusivo ME/EPP	COLA INSTANTÂNEA, de adesão (cerca de 05 a 10 segundos), frasco de 20g com bico aplicador e tampa com pino anti entupimentos. Deverá colar porcelana, metal, borracha, couro, madeira, papel e plástico. Deverá ser resistente à umidade, impactos e temperaturas. Fórmula sem solventes. Deverá possuir data de validade de, no mínimo, 12 meses.	UND	500		
05 Exclusivo ME/EPP	Cola Branca , composição: acetato de polivinila, cor: branca, aplicação: papel e derivados, características adicionais: lavável, não tóxica, tipo: líquida de no mínimo 90 g, caixa de no mínimo 12 unidades.	CAIXA	897		
06 Exclusivo ME/EPP	Cola, tipo: bastão 10g , composição: resina sintética, glicerina, água e conservantes, aplicação: papel, características adicionais: atóxica. Caixa com no mínimo 10 unidades; Deverá possuir data de validade de, no mínimo, 12 meses.	CAIXA	500		
07 Exclusivo ME/EPP	FITA DUPLA FACE em gel ou silicone transparente de alto desempenho e extraordinária força de fixação em aplicação de longa fixação, para serem usadas tanto em ambientes externos como internos, suportar bem peso de 3kg a 5kg, água e grandes variações de temperatura, medidas (mínimo) de largura de 19mm e comprimento de 5m.	ROLO	500		
08 Exclusivo ME/EPP	CANETA MARCA TEXTO , material corpo: plástico, cor: amarelo. Marca de Referência: Ref. Pilot, Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	1.268		
09 Exclusivo ME/EPP	CANETA ESFEROGRÁFICA , material corpo: plástico transparente hexagonal com identificação da marca, tipo escrita: média, cor: PRETA , características adicionais: ponta com esfera em tungstenio, tampa ventilada, sem falhas e/ou borões na escrita. Marca de Referência: Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	2.256		
10 Exclusivo ME/EPP	CANETA ESFEROGRÁFICA , material corpo: plástico transparente hexagonal com identificação da marca, tipo escrita: média, cor: AZUL , características adicionais: ponta com esfera em tungstenio, tampa ventilada, sem falhas e/ou borões na escrita. Marca de Referência: Bic, Faber-Castell, equivalente ou de melhor qualidade;	UND	1.469		
11 Exclusivo ME/EPP	LÁPIS PRETO , material corpo: madeira reflorestada;	UND	1.751		
12 Exclusivo ME/EPP	BORRACHA TÉCNICA DUST FREE: Com tecnologia Dust Free: concentra o resíduo para limpeza fácil, <i>alta apagabilidade</i> ideal para uso técnico e profissional, lados chanfrados para apagar com precisão, borracha sintética, livre de PVC, dimensões mínimas: comprimento 4 cm x largura 1,8 cm x espessura 1 cm	UND	1.000		
13 Exclusivo ME/EPP	CLIPES para papel em metal nº 03.caixa com 50 unidades	CAIXA	390		
14 Exclusivo ME/EPP	CLIPES para papel em metal nº 08.caixa com 50 unidades	CAIXA	325		
15 Exclusivo ME/EPP	REABASTECEDOR para almofada de carimbo, cor AZUL com 40 ml.	UND	130		
16 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor AZUL , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260		
17 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor PRETO , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260		

18 Exclusivo ME/EPP	PINCEL PARA QUADRO BRANCO , cor VERMELHO , ponta redonda e macia para não danificar o quadro, tinta a base de álcool, não recarregável, fácil de ser apagado.	UND	260		
19 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor AZUL - CX. C/12 unidades	CAIXA	195		
20 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor PRETO - CX. C/12 unidades	CAIXA	260		
21 Exclusivo ME/EPP	PINCEL MARCADOR PERMANENTE cor VERMELHO - CX. C/12 unidades	CAIXA	410		
22 Exclusivo ME/EPP	PRANCHETA OFÍCIO , material: MDF, Comprimento de +- 33cm a 35cm, Largura de 22,7 cm, prendedor de metal tradicional. Garantia do Fornecedor contra os defeitos de fabricação.	UND	355		
23 Exclusivo ME/EPP	REGUA em material plástico incolor, graduado em 30cm, subdivisão em mm, com no mínimo 3,00 mm de espessura e 35 mm de largura.	UND	338		
24 AMPLA CONCORRÊNCIA	PAPEL SULFITE A4 , 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, sulfite, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora ou duplicadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade. Marca de Referência: Chamex, Report, HP Office	RESMA	9918		
25 Exclusivo ME/EPP	BOBINA FILME DE PVC PLÁSTICO para embalagem manual, de 60cm x 800 metros, peso 5,5 kg esticável, ótima elasticidade e resistência a rasgo.	ROLO	39		
26 Exclusivo ME/EPP	LACRE DE MALOTE - tipo espinha de peixe, polipropileno de alta resistência, comprimento mínimo de 16 cm, cor azul, numeração de 0000001 a 0010.000 fonte 12 de um lado e do outro a descrição DETRAN-RO, fonte 10, estampada em baixo relevo na cor branca. Acondicionado em pacote contendo 100 unidades. Garantia do fabricante.	UND	10.000		
27 Exclusivo ME/EPP	FICHÁRIO DE MESA , Fichários para fichas padronizadas 6X 9 (curto), corpo em aço na cor grafite, com tampa em poliestireno em cores fumê e transparente ou cristal. Possui capacidade para até 500 fichas tamanho 6X 9,(largura x profundidade x altura)26 x 30 x 18,2cm. Incluso os índice para fichário de mesa de A a Z, com 23 números de divisores.	UND	199		
28 Exclusivo ME/EPP	Notas auto adesivas: cores variadas material: papel, tamanho mínimo de 75x75 mm, quantidade folhas: 400 unidades.	PACOTE	500		
29 Exclusivo ME/EPP	Livro protocolo de correspondência: em papel offset, folhas numeradas tipo graficamente, contendo 100 folhas, tamanho aproximado 153mmx216mm, capa dura.	UND	351		
30 Exclusivo ME/EPP	Apontador de lápis , material: termoplástico, tipo: escolar, cor: variada, tamanho: médio, quantidade furos: mínimo de 1 com depósito.	UND	500		
31 Exclusivo ME/EPP	Livro de Ata , características: Mínimo de 100 folhas, capa dura, cor preta, folhas internas pautadas e numeradas, dimensões: 210mm x 310mm	UND	304		
32 Exclusivo ME/EPP	Marca texto em formato de mão em cores variadas , tamanho mínimo: comprimento 10,1 cm x largura 8,3 cm; Peso aproximado: 41g; Material do corpo: Plástico; Ponta do marca texto chanfrada.	UND	700		
33 Exclusivo ME/EPP	APAGADOR DE PINCEL DE QUADRO BRANCO: Plástico ABS resistente, suporte interno para até 2 marcadores. Marca de Referência: Maxprint, Pilot, equivalente ou de melhor qualidade	UND	500		
34 AMPLA CONCORRÊNCIA	Pasta Suspensa: Acompanha: Etiqueta em papel cartão branco; Medidas mínimas da Pastas: 36 Comp X 24 Alt X 4 Lombo (CM); Medidas de encaixe da vareta: 40/41 CM; Material: Cartão marmorizado; Gramatura: mínimo de 230 Gm²; Material da vareta: Polipropileno; Cor: Marrom	UND	88.639		
35 Reserva de Cota ME/EPP (25%) ITEM 24	PAPEL SULFITE A4 , 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, sulfite, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora ou duplicadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade. Marca de Referência: Chamex, Report, HP Office	RESMA	3.306		

36 Reserva de Cota ME/EPP (25%) ITEM 34	Pasta Suspensa: Acompanha: Etiqueta em papel cartão branco; Medidas mínimas da Pastas: 36 Comp X 24 Alt X 4 Lombo (CM); Medidas de encaixe da vareta: 40/41 CM; Material: Cartão marmorizado; Gramatura: mínimo de 230 Gm²; Material da vareta: Polipropileno; Cor: Marrom	UND	29.546		
--	---	-----	--------	--	--

1. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias

2. **FRETE:** CIF Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/02/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69456554** e o código CRC **EB84FBE9**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.025826/2025-29



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO V DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90007/2026

(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90007/2026/DETRAN/RO

A empresa apresenta, a seguir, os dados de:
(Nome completo da empresa)
seu (s) representante (s) legal (is) :

NOME(S):
CARGO(S):
NACIONALIDADE(S): ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO: RG: CPF:
RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J. Nº FONE: FAX:
ENDEREÇO COMERCIAL:
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua/Av.: N.º:
Município: Estado: CEP:
Conta Corrente: Cód. Agência: Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Porto Velho-RO,de de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

OBS. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.

OBS. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/02/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69456581** e o código CRC **E6AE3852**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.025826/2025-29

SEI nº 69456581



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ATA

ANEXO VI DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/20XX/DETRAN-RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90007/2026				
Data da Publicação DOE:	XX/XX/XXXX	Data da Homologação:	XX/XX/XXXX	Processo nº	0010.025826/2025-29

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. DO OBJETO E QUANTITATIVOS REGISTRADOS

2.1. Registro de Preço para Eventual e Futura **Aquisição de Materiais de expediente (grampeador, cola, caneta, lápis, cliques e outros)**,, sendo devidamente personalizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas definidas no item 10 do termo de referência.

4. DAS SANÇÕES

4.1. Ficam aquelas definidas no item 27 do termo de referência.

5. HIPÓTESES DE CANCELAMENTO E EXTINÇÃO PREMATURA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento:

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.7. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.8. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.9. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.10. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.11. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. DO PREÇO REGISTRADO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O preço registrado consta no Anexo único desta ATA.

6.2. As condições de pagamento são aquelas definidas no item 26 do Termo de referência.

7. DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

7.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

7.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

7.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

8. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal 14.133/2021, bem como renovado as quantidades prevista neste instrumento, conforme Despacho (ID 0053945147), oriundo da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, acostados nos autos do Processo Administrativo nº 0010.005101/2024-33.

9. DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

9.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN/RO.

9.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no § 2º ao § 8º do Art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes,

independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10. CADASTRO DE RESERVA

10.1. Caso a empresa detentora da presente ata de registro de preços, não cumpra com as obrigações pactuadas, o seu registro de preços poderá ser cancelado.

10.2. Havendo o cancelamento do registro de preços da empresa detentora, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, conforme Anexo único.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

11.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

11.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

11.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

12. DO FORO

12.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/02/2026, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69456618** e o código CRC **D9A76FC6**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0010.025826/2025-29

SEI nº 69456618



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO VII DO EDITAL

MODELO DE MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OFÍCIO Nº_/

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do Departamento Estadual de Trânsito

[], [DATA DA EMISSÃO]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE

Porto Velho, de de 2026.

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/02/2026, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69456870** e o código CRC **5D4265F8**.